6. A QUALIFICAÇÃO DA PERSPECTIVAS PARA DE RIOS URBANOS

ISABEL RAMOS,
MARIA DA GRAÇA SARAIVA,
FÁTIMA BERNARDO,
JORGE BATISTA E SILVA

PAISAGEM RIBEIRINHA: AVALIAÇÃO ESTÉTICA

6. A QUALIFICAÇÃO DA PAISAGEM RIBEIRINHA: PERSPECTIVAS PARA AVALIAÇÃO ESTÉTICA DE RIOS URBANOS

6.1 INTRODUÇÃO

O valor estético da paisagem, da paisagem urbana em particular, da água e das zonas ribeirinhas constitui um tema extremamente apelativo, motivador de intervenções de vários tipos e que se apresenta, na generalidade, como uma forte justificação para acções de requalificação.

As intervenções em zonas ribeirinhas urbanas prosseguem, em geral, objectivos de requalificação em termos sociais, estéticos, económicos ou ambientais, procurando alcançar, conjuntamente, com maior ou menor ênfase, essas intenções. Entre estes objectivos, a valorização paisagística surge como uma das prioridades das entidades responsáveis pela promoção dos programas de intervenção.

Neste capítulo pretende-se reflectir sobre perspectivas de requalificação paisagística em zonas ribeirinhas, de modo a incrementar a sua apreciação estética e a valorização pelos utilizadores e pelo público em geral. Neste contexto, recorre-se à discussão de conceitos como a apreciação e avaliação estética da paisagem, temas de grande interesse e actualidade, que

suscitam discussões conceptuais e metodológicas enriquecedoras, embora por vezes controversas, dada a subjectividade que lhes é inerente.

Justifica-se, nesse caso, um aprofundamento de conceitos, metodologias e critérios que apoiem a elaboração de projectos, a participação pública e a tomada de decisão, para além do enriquecimento do contexto cultural e do significado social associados a essas intervenções.
A reabilitação de rios e cursos de água, nomeadamente no sentido de um maior grau de naturalidade e da melhoria do seu estado ecológico, é uma preocupação actual nos domínios científicos e técnicos associados à implementação, a nível europeu, das orientações da Directiva Quadro da Água e, noutras arenas internacionais, ao reconhecimento dos rios e sistemas fluviais como corredores ecológicos cuja requalificação se reveste da maior importância. Importa discutir esses objectivos face ao contexto da aceitação social das populações ribeirinhas, e da percepção do público relativamente à melhoria da qualidade visual da paisagem e na eventual conjugação, ou não, desses objectivos.

Em meio urbano, essas questões revestem-se de uma maior acuidade, dado por um lado a intensa transformação das paisagens ribeirinhas, com usos intensivos distantes, em geral, de uma aparência natural, e por outro pela maior densidade e presença de população, que vive, percepciona e tem expectativas sobre as paisagens ribeirinhas urbanas, no sentido do potencial valor estético e atractividade que estas possam representar.

FIG 1
Requalificação do rio Fervença em Bragança

É assim possível verificarem-se desajustes ou eventuais conflitos entre motivações políticas e técnicas que presidem a projectos de intervenção, e entre a sua aceitação e apropriação pelo público. Por outro lado, certos projectos podem ser sentidos como atractivos pelas suas características valorizadoras de espaço público, proporcionando equipamentos e oportunidades de recreio, mas com total distanciamento da melhoria das condições ambientais e ecológicas dos corredores ribeirinhos e do potencial que representam nestes âmbitos.

É tendo em conta este contexto que se pretende colocar a discussão da avaliação da qualidade estética na paisagem ribeirinha, ligando-a de uma forma integrada com dimensões sociais, ambientais e também económicas, e muito centrada na compreensão da percepção de que as pessoas possam ter dos seus valores e significados. É possível identificar uma tensão dialéctica entre o "natural – artificial" que influencia a percepção e as preferências das pessoas,

mas que está também associada à experiência, ao contexto pessoal e cultural do observador e à sua visão do mundo, nomeadamente na sua relação com a natureza e a paisagem.
A reflexão sobre a paisagem e sobre a apreciação dos seus valores estéticos é um tema vasto que pode ser encarado segundo diversas perspectivas. Analisando algumas contribuições da literatura, pode-se identificar diversos paradigmas ou linhas orientadoras, que procuram sistematizar metodologias em domínios onde a complexidade e a subjectividade constituem o traço dominante (Zube, 1984; Porteous, 1982; Saraiva e Lavrador-Silva, 2005).

Assim, por um lado surgiram métodos conhecidos como periciais ou profissionais, que procuram estabelecer critérios e atributos de avaliação estética, com a finalidade de desenvolvimento de estudos técnicos de planeamento da paisagem e de apoio à decisão nesse domínio. Um segundo grupo emerge das ciências sociais, integrando os estudos cognitivos do meio e a percepção e preferências do público, desenvolvendo um paradigma de abordagem comportamental face à paisagem (Kaplan e Kaplan, 1978). Outras linhas abrangem as abordagens fenomenológicas e humanísticas à paisagem, enquanto conceito mediador e multidimensional com relevante significado simbólico e cultural, inspirador de representações e emoções (Berque, 1995; Schama, 1995).

As tendências recentes apontam para a integração de abordagens cruzando estas linhas de investigação, de modo a procurar abranger, tanto quanto possível, a complexidade inerente à apreciação e avaliação dos valores estéticos da paisagem. O recurso a métodos mistos é recomendável, associando metodologias periciais com inquéritos ao público, integrando ainda parâmetros mensuráveis com procedimentos de avaliação de carácter mais subjectivo e intangível.

É nessa linha que apontam as orientações da Convenção Europeia da Paisagem, aprovada pelo Conselho da Europa (CE, 2000), ratificada por Portugal em 2005[1]. Nela se reconhece a paisagem como um importante elemento de qualidade de vida das populações, preconizando políticas e processos de gestão e ordenamento, para além de medidas de protecção, incidindo sobre áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas, abrangendo áreas terrestres, águas interiores e marítimas. Um aspecto inovador consiste na aplicação destas orientações, não só às paisagens consideradas excepcionais, como àquelas de características comuns e mesmo a paisagens degradadas. Por outro lado, salienta o papel das populações enquanto construtoras e gestoras da paisagem, apelando para a participação pública e para a integração das aspirações das comunidades na gestão da paisagem e na definição das características paisagísticas do seu quadro de vida.

Assim, no planeamento, intervenção e gestão das paisagens ribeirinhas, haverá que ter em conta a qualificação dessas paisagens, os atributos e critérios de apreciação estética, a percepção e preferências do público, as relações existentes e potenciais entre a população e os elementos biofísicos e culturais dessas paisagens.

1 **Decreto 4/2005 de 14 de Fevereiro.**